do Pará- Brasil, com a área de 77ha 69 a 69ca (setenta e sete hectares, sessenta e nove ares e sessenta e nove centiares), Perímetro 4.208,30m. Matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca no livro 2-AI, às folhas 177, sob o número de ordem 6824, em R - 01, em 15.05.2008 é um empreendimento de terrenos com divisão em quadras e lotes para construção de casas residenciais unifamiliares, com muro de 2,5m de altura nas laterais e fundos, com cerca elétrica, pórtico de entrada e áreas de lazer rural e urbano. Serão construídas piscinas, salão para eventos, playground, campo de futebol, quadra poli esportiva, baias para cavalos, área para hipismo, curral para vacas, lago e quiosques com churrasqueiras e está constituído de 1.154 lotes distribuídos em 45 quadras, com diferentes metragens, com áreas de lazer e diversas áreas verdes. Tudo de acordo com a planta e memorial descritivo anexo ao processo. As impugnações daqueles que se acharem prejudicados quanto ao domínio dos referidos imóveis, deverão apresentar no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente edital no órgão oficial do Estado e no jornal de maior circulação. Findo o prazo e não havendo reclamação será feito o registro do loteamento, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório, durante as horas regulamentares. Dado e Passado nesta cidade de Santa Izabel do Pará, 17 de abril de 2013.

TEOLGA PINTO CARDOSO

Oficial Titular

D. PEREIRA MADEIREIRA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 515423

D. PEREIRA MADEIREIRA- CNPJ:15372520/0001-00, em Novo Progresso-Pa, torna público que recebeu da SEMA, LO nº 7186/2012 venc 19/12/2013, p/ativ. Desdobro de Madeira em tora para prod. de madeira serrada e seu benef/segagem. GRASLINE IND COM IMP E EXP LTDA-EPP, CNPJ86703477/0002-30, em N. Progresso (PA), torna público que recebeu da SEMA, LO nº 7583/2013, venc 08/04/2015, para atividade de Desd. madeira em tora p/prod.serrada e seu beneficiamento/segagem LAMIFER LAMINADOS E MADEIRAS DO PARÁ LTDA-EPP-CNPJ 05329550/0001-72, em Novo Progresso (Pa), torna público que protocolou junto a SEMA, sob nº 2013/11495 pedido de Ren. LO 3656/2009, p/ativ. Desd. Mad em tora p/serrada /Lam/Faqueada

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 515439

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2012

Objeto: Alteração da Cláusula Quarta do Contrato nº 004/2012, elevando o valor estimado da prestação dos serviços de publicação dos atos administrativos da Fundação Guamá no Diário Oficial do Estado do Pará R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Data da Assinatura: 14/01/2013. **Vigência:** até 14/01/2014.

Contratante: Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá (CNPJ/MF nº:11.024.200/0001-09). **Contratada:** IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ - IOEPA, Autarquia Pública Estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 04.835.476/0001-01, situada à Travessa do Chaco, nº 2271 - Marco - Belém - Pará, CEP: 66.093-410.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ

ERRATA AO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 006/2012, PUBLICADO NO DOE/PA Nº

32.309, EM 02/01/2013

Na identificação do Objeto do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2012, onde se lê "prorrogando o prazo de execução de serviços por mais 12(doze) meses, ficando a vigência até 31/12/2013", leia-se: "prorrogando o prazo de execução de serviços por mais 05(cinco) meses, ficando a vigência até 31/05/2013".

Na especificação do Valor, onde se lê "R\$ 116.064,00", leia-se: O valor total contratado para realização dos serviços permanece o mesmo do Contato original, constante da Cláusula V, sendo o presente aditivo apenas de prazo para conclusão dos serviços contratados.

Na especificação da Vigência, onde se lê "31/12/2013", leia-se: 31/05/2013.

OAB/PA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 515365

SETOR DE PROCESSOS DA OAB/PA

CONSELHO SECCIONAL

ACÓRDÃO: Nº 003/13. PD 175/06. Recorrida/Representante: Ana Mirian Fernandes da Ponte. Recorrente/Representada: **I. A. de C. O. (OAB/PA 3609) EMENTA:** Recurso da representada ao acórdão nº 36/2010 do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PA. Recebimento de valores sem o devido repasse ao cliente e sem prestação de contas. Infrações do Art. 34, incisos XX e XXI e o Art. 37, inciso I, §2º da Lei nº 8.906/94. Reconhecido o recurso. Provimento parcial. Inexistência de prescrição e de cerceamento de defesa. Redução para 30 (trinta) dias de suspensão cumulada com a satisfação integralmente da dívida. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará, por maioria de votos, em conhecer o recurso e dar-lhe

provimento parcial, na forma do voto do Relator as fls. 176/180, reformando a decisão do TED quanto a aplicação da penalidade aplicada, reduzindo a pena de suspensão de 60 (sessenta) para 30 (trinta) dias cumulada com a satisfação integralmente da dívida. Publique-se. Registre-se e Intime-se. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 11/04/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. Janaina Calandrini Guimarães – Conselheira Relatora da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 004/13. PD 072/09.** Recorrido/Representante: Reginaldo Carmo Ramos Torres. Recorrente/Representada: **G. S. D. (OAB/PA 12515-A) EMENTA:** Apropriação Indébita. Provas do cometimento da infração disciplinar. Inexistência. Recurso provido. Demonstrado no conjunto probatório encartado nos autos que a Recorrente não cometeu a infração disciplinar que lhe foi imputada, tem-se por imperiosa a procedência do recurso. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Conselheiros integrantes do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará, à unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso absolvendo a Advogada G. S. D. (OAB/PA 12515-A) da sanção imposta pela 3ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PA, na conformidade do relatório e voto que integram o presente. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 05/06/2012. Jarbas Vasconcelos – Presidente da OAB/PA. Antonio Candido Barra Monteiro de Britto – Conselheiro Relator da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 005/13. PD 105/10.** Recorrente/Representante: **T. B. do N. (OAB/PA 10233).** Recorrido/Representado: **A. B. P. (OAB/PA 9700) EMENTA:** Advogados. Recurso do Representante à decisão de arquivamento preliminar de representação. Conduta incompatível. Reconhecido o Recurso. Provimento do recurso com a instauração do processo disciplinar. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará por maioria dos votos em conhecer o Recurso e dar-lhe provimento com a Instauração do Processo Disciplinar. Publique-se. Registre-se e Intime-se. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 10/04/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. Janaina Calandrini Guimarães – Conselheira Relatora da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 006/13. PD 180/11.** Recorrente/Representante: Willamy Gomes da Silva. Recorrido/Representado: **S. S. A. (OAB/PA 8316) EMENTA:** Advogados. Recurso do Representante à decisão de arquivamento preliminar de representação. Desídia Profissional e Apropriação Indébita. Reconhecido o recurso. Provimento do recurso com a instauração do Processo Disciplinar. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará por unanimidade dos votos, em conhecer o Recurso e dar-lhe provimento com a Instauração do Processo Disciplinar, na forma do voto do Relator. Publique-se. Registre-se e Intime-se. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 10/04/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. Janaina Calandrini Guimarães – Conselheira Relatora da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 007/13. PD 154/10.** Recorrente/Representante: David Miguel Quadros Martinez. Recorrido/Representado: **L. R. A. M. (OAB/PA 8316) EMENTA:** Indeferimento Liminar. O recurso contra decisão liminar de arquivamento de representação disciplinar deve ser direcionado aos fundamentos desta e não ao mérito da representação. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará por unanimidade dos votos, em conhecer o Recurso interposto por David Miguel Quadros Martinez, nos autos do P.D. 154/10, no entanto negando provimento ao mesmo, para manter os termos da decisão recorrida. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 19/02/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. José Alberto Vasconcelos – Conselheiro Relator da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 008/13.** Excipiente: David Miguel Quadros Martinez. Excepto: **A. A. de A. C. (OAB/PA 5541) EMENTA:** Decisão liminar de arquivamento de representação. Ao Proferir a decisão prevista no Art. 73, §2º do EOAB, o diretor encerra o seu dever processual quanto ao processo, afastando a possibilidade de arguição de suspeição. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará por unanimidade dos votos, em conhecer da exceção de suspeição apresentada por David Miguel Quadros Martinez, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 154/10, no entanto, rejeitando-a integralmente, para reconhecer que inexistia qualquer obstáculo para o excepto exercer as funções que lhe foram delegadas pela Presidência da OAB-PA. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 19/02/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. José Alberto Vasconcelos – Conselheiro Relator da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 009/13. PA 065/10.** Requerente: **J. Q. de C. L. (OAB/PA 681) EMENTA:** Requerimento de Anistia de Anuidades. Advogado inscrito desde 1961 na OAB/PA. Requerente aposentado pela consultoria jurídica da Prefeitura Municipal de Belém – Área fazendária. Portador de doença grave que isentou do imposto de renda. Aposentadoria seu único rendimento. Prescrição das anuidades e remissão das dívidas junto a OAB/PA. Presente Estudo Social da OAB/PA. Fundamentação

legal At. 174 da Lei 5172/1966 (Código Tributário Nacional), Art. 1º, 2º, § e 3º do provimento 111/2006 e alterado pelo 137/2009. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** por unanimidade dos votos, os Conselheiros Estaduais Ordem dos Advogados-Seção do Pará, a procedência do pedido, com remissão do crédito relativo às contribuições devidas a OAB/PA, com base no artigo 3º do Provimento 111/2006 e suas alterações. Outrossim, considerando que o Dr. **J. Q. de C. L. (OAB/PA 681)** tem atualmente mais de 70 anos de idade e 30 anos de exercício da profissão, fica desobrigados do pagamento das suas anuidades, como também são assegurados a Carteira de Advogado ativo, juntamente como todos os serviços prestados pela OAB, pela Caixa de Assistência dos Advogados, pela Escola Superior de Advocacia, o acesso aos serviços e benefícios postos à disposição e/ou implementados em favor dos inscritos e seus dependentes legais, tudo em conformidade da lei. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 25/02/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. José Alberto Vasconcelos – Conselheiro Relator da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 010/13. PA 052/12.** Requerente: **Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos Dias. EMENTA:** Requerimento para a criação da Comissão de Direitos e Defesa da Liberdade Religiosa aos moldes das Comissões já existentes em outros Estados. Art. 5º, VI e VIII da Constituição Federal. Brasil é um Estado Laico, garantindo a liberdade de culto religioso. Existência dessa comissões nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Distrito Federal, Paraná e Mato Grosso do Sul. Pedido amparado pela nossa carta magna. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** por unanimidade dos votos, os Conselheiros Estaduais Ordem dos Advogados-Seção do Pará, a procedência do pedido, com a criação da referida comissão, onde deverá se chamar de COMISSÃO DE DIREITO E DEFESA DA LIBERDADE, CRENÇAS E CULTOS DE TODAS AS NATUREZA, com o objetivo a defesa do direito de toda e qualquer pessoa à liberdade de consciência e de religião, velando pela observância da necessária equidade entre o direito da minoria, sem prejuízo do direito da maioria. Devendo a Comissão ser compostas por advogados regularmente inscritos nesta Seccional, como também deverá ser apresentado ao Conselho para sua aprovação, toda sua estrutura e regulamento, no período de até 90 (noventa) dias de sua criação. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 25/02/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. Janaina Calandrini Guimarães – Conselheira Relatora da OAB/PA. ACÓRDÃO: Nº 011/13. PA 092/10.** Requerente: **M. V. N. de A. (OAB/PA 15605).** Assunto: Pedido de Providência face atos do Exmo. Sr. Dr. Wilson de Souza Correa, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Acará/PA. **EMENTA:** Pedido de Providências intervenção do Conselho Seccional em Representação de Advogado contra Juiz de Direito perante a Corregedoria Estadual – Atuação Excepcional – Descabimento na espécie – Falta de comprovação do procedimento naquele órgão correccional. Não comprovada sequer a existência de Representação perante a Corregedoria de Justiça da Comarca do Interior, afigura-se incabível eventual acompanhamento da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Pará em procedimento apresentado por advogado em desfavor de magistrado. Pedido de providência improvido. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Conselheiros integrantes do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao Pedido de Providências, na conformidade do relatório e voto que integram presente. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 02/04/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. Antônio Candido Barra Monteiro de Britto – Conselheiro Relator da OAB/PA.**

Esclarecimentos

A OAB-PA, notifica o Advogado: W. F. dos R. (OAB-PA 7105), através do expediente encaminhado pela Sra. Eleuza de Jesus da Silva, para **prestar esclarecimento**, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Belém, 19 de abril de 2013. Nelson Souza – Secretário-Geral Adjunto da OAB/PA.

DEFESA PRÉVIA

A OAB-PA, notifica os Advogados: M. do S. O. P. (OAB-PA 7105) qualificada no P.D. nº 222/12 e **R. L. de A. M. (OAB-PA 7898)** qualificada no P. D. 251/12, para prestarem **Defesa Prévia** (Art. 69, § 1º, do EOAB), no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Belém, 19 de abril de 2013. Nelson Souza – Secretário-Geral Adjunto da OAB/PA.

DILIGÊNCIA

A OAB-PA, notifica, o Representante José Jacinto de Andrade, para que se manifeste sobre a Defesa Prévia apresentada pelo Representado A. C. de L. (OAB/PA 12702) nos autos do P.D. nº 023/12, Belém, 25 de março de 2013. Rosemiro S. Canto Filho – Conselheiro Relator da OAB/PA. **Notifica**, também, a Representante Maria Máxima Rodrigues da Costa, qualificada no P.D. 113/10 quem como Representando P. P. C. (OAB/PA 4025-A), para que comparecer ao Setor de Processos da OAB/PA, no prazo de 15(quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Belém, 19 de abril de 2013. Nelson Souza – Secretário-Geral Adjunto da OAB/PA.